

APRESENTAÇÃO

A Revista Eletrônica da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro – PGE-RJ, em sua terceira edição do ano de 2019, na busca contínua pela implementação das diretrizes estabelecidas pela CAPES para periódicos acadêmicos da área jurídica, prossegue na tarefa de alinhar seus procedimentos editoriais aos critérios de ineditismo, titulação dos autores e revisores, além de exogenia dos artigos publicados.

Abrindo a presente edição, o Editorial “Decidindo como decidir”, de autoria do Prof. Dr. Gustavo Binenbojm, propõe a adoção de um modelo de controle jurídico-institucionalmente adequado, a ser realizado pelo Supremo Tribunal Federal, a fim de coibir o voluntarismo nas escolhas e decisões da Administração Pública.

A seção Doutrina apresenta, de Leonardo Felipe de Oliveira Ribas, “Desconstrução da democracia e do estado de direito na globalização: ineficácia dos direitos fundamentais e nova barbárie.” Na sequência, Ageu Libonati Junior e Diogenis Bertolino Brotas publicam “A ‘não neutralidade’ dos direitos humanos na interpretação da isenção tributária”. Thais Machado de Andrade e Thais Oliveira Colli se debruçam sobre “A proteção jurídica dos animais e a importância das relações internacionais nas garantias fundamentais efetivadoras de uma governança ambiental responsável: uma análise sobre a vivisseção no ensino superior do Brasil, sob a perspectiva da tortura, e sua superação na comunidade internacional”. Em seguida, Adriana Menezes de Simão Kuhn traz o artigo “Advocacia pública, terceirização de serviços, justiça do trabalho: possibilidades de solução dos conflitos”. Delcy Alex Linhares expõe, ainda, “Os atos de liberação da atividade econômica e a advocacia pública”. Numa perspectiva estrangeira, Carla Amado Gomes apresenta o artigo “Uma professora de direito do ambiente à beira de um ataque de nervos”. Fechando a seção, Flávio Henrique Unes Pereira e Rafael da Silva Alvim analisam a “Incidência do teto remuneratório na acumulação de cargos, empregos e funções públicas: críticas ao entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE nº. 612.975/MT”.

Em Atualidades, Renan Soares Cortazio traz sua contribuição sobre o tema “Bancos de dados no Brasil: uma análise do sistema credit scoring à luz da Lei n. 13.709/2018 (LGPD)”. Encerrando a seção, Renan Menezes Chagas apresenta “A revinculação das receitas da seguridade social e a reversibilidade da desnaturação das contribuições sociais: inconstitucionalidade da emenda constitucional nº 103/2019.”

O histórico parecer 01/2010, do Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, que versa sobre a recusa de tratamento que envolva transfusão de sangue ou de hemoderivados por Testemunhas de Jeová, em razão de crença religiosa, integra a seção Memória da Advocacia de Estado.

Por fim, são exibidas, na íntegra, a Conferência Internacional sobre *Fake News* no Debate Eleitoral, apresentada por David McCraw, Professor adjunto da New York University School of Law, e a Conferência Internacional "Um Novo Paradigma em Direito Constitucional: Dignidade Humana", proferida por Dieter Grimm, Professor de Direito Constitucional da Universidade Humboldt de Berlim.